

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO RURAL, APOIO À  
AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A  
MANUTENÇÃO DA VIDA E DO TRABALHO NO CAMPO: UM  
RELATO DE EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO  
DO MONTE/MG**

Ribeiro, Luiz Paulo<sup>1</sup>

BRANT, Fátima Lúcia Caldeira<sup>2</sup>

PINHEIRO, Tarcísio Márcio Magalhães<sup>3</sup>

**RESUMO**

Nos últimos anos vislumbra-se o nascimento de novas formas de relacionamento com os espaços rurais, seja no âmbito interpessoal, econômico, social e político. O objetivo desse artigo é divulgar as ações locais de uma associação de produtores rurais familiares, assim como de enfatizar o papel das políticas públicas para a manutenção da vida e do trabalho no campo. Trata-se de uma pesquisa de cunho documental quanti-qualitativa feita através de análise de 23

---

1 Doutorando em Educação (UFMG). Professor na Faculdade de Nova Serrana.  
E mail: luizribeiro@live.com

2 Mestre em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência (FM - UFMG). E  
mail: fatimabrant@ibest.com.br

3 Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas  
(UNICAMP) e Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de  
Minas Gerais. E mail: tmmp@ufmg.br

atas de reuniões e de análise de documentos necessários para a inclusão na Associação, 75 Declarações de Aptidão ao Programa Apoio a Agricultura Familiar, além de observação participante em reuniões dos agricultores. Os resultados apontam para uma fortificação do produtor rural familiar a partir da organização da associação estudada, além do surgimento de novas significações do território rural e de novas ruralidades, seja no que tange à propriedade e à estrutura social e familiar. A discussão do mesmo é feita através da análise do papel social do trabalho rural e da agricultura familiar, assim como, da crítica às tensões mercadológicas às quais o produtor rural também está submetido.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Campo. Produtor rural. Santo Antônio do Monte.

**ECONOMIC RURAL DEVELOPMENT, SUPPORT TO FAMILIAR AGRICULTURE AND PUBLIC POLITICS TO SUSTAIN LIFE AND RURAL WORK: A REPORT ABOUT THE EXPERIENCE IN THE MUNICIPALITY OF SANTO ANTÔNIO DO MONTE/MG.**

**ABSTRACT**

In the last few years, it is apparent that new ways of relationships with the rural areas in interpersonal, economic, social and politic areas are emerging. The goal of this study is to reveal local actions of a familiar association of rural producers, and also to emphasize the role of public politics to sustain life and work in the country areas. This is a research based in documents both quantitative and qualitative carried out using analysis of 23 meeting acts and analysis of documents needed for the inclusion in the Association, 75 declarations of capability for the Program Support for the Familiar Agriculture, and also from participation in farmer meetings. Results point to

the strengthening of the familiar rural producer belonging to the association that we studied in this project, besides the emergence of new meanings of the rural territory and new rural areas, being related to property, familiar and social structure. Discussion of this study is made based on the analysis of the social role of the rural work and familiar agriculture, and also based on critics to the market tensions to which the rural producer is also subjected.

**Key Words:** Familiar Agriculture. Country. Rural Producer. Santo Antônio do Monte.

## INTRODUÇÃO

Conforme Wanderley (2000) pode-se dizer, grosso modo, que os espaços rurais são aqueles que se diferenciam dos espaços urbanos, seja pela paisagem, seja pela forma em que convergem as relações sociais e com a propriedade. Nesse âmbito, podem-se citar dois rurais, aqueles Peri - urbanos próximos às grandes cidades, que por vezes servem de refúgio para os habitantes do meio urbano, e os espaços rurais profundos ou remotos, longe dos centros urbanos e por isso tidos como arcaicos e empobrecidos.

Este artigo justifica-se na tentativa de mostrar que o espaço rural não é um espaço homogêneo, já que a cada região é tomado de forma diferente, o que faz com que iniciativas locais devam ser privilegiadas e apresentadas como alternativas para a superação da “[...] perda da vitalidade dos espaços rurais onde predominam as grandes culturas” (WANDERLEY, 2000, p.34).

Nesse ritmo, apresenta a história de uma Associação de Produtores Rurais Familiares de um pequeno município na região Centro Oeste de Minas Gerais, no qual a atividade principal está voltada à

produção de fogos de artifício e à venda de produtos em outras cidades, vulgo ‘rifeiros’, além de atividades agroextrativistas, como a produção de leite em larga escala e a silvicultura. Representa então uma possibilidade de visualizar a releitura dos espaços rurais a partir da união de trabalhadores rurais.

Tendo em vista a seara de nomes que esses indivíduos recebem resguarda-se que, buscando uma equidade, os termos agricultor, pequeno produtor e trabalhador rural são utilizados como sinônimos, representando os membros da associação aos quais se debruça o estudo.

## AGRICULTURA FAMILIAR

O debate sobre a agricultura familiar no Brasil surgiu no final da década de 1980. Entre os protagonistas deste debate se destacam os movimentos sociais e os sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e as Universidades que até então mantinham enfoques teóricos marxistas clássicos, que de certa maneira inibiam a difusão dessa

discussão que há tempo estava ocorrendo na Europa, conforme Saron e Hespanhol (2010). Não é tarefa fácil definir e situar o lugar da discussão sobre agricultura familiar em meio à teoria contemporânea. Schneider (2003) focaliza o lugar da agricultura familiar a partir das contribuições da Teoria Social marxista e neomarxista numa tentativa de resgatar as perspectivas analíticas que se situam

no campo da economia política da Agricultura e da Teoria orientada aos atores.

No Brasil há interesse recente e cada vez mais frequente em torno da Agricultura Familiar, principalmente pelas esferas governamentais a partir de 2006 após a promulgação da lei 11.326/2006 (BRASIL, 2006) que define estruturalmente o agricultor familiar a partir do artigo terceiro:

**Art. 3º** - Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais<sup>1</sup>; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

Porém ainda não se tem uma definição rigorosa e consensual sobre o estatuto da agricultura familiar, há certa generalização em torno da ideia de que agricultor familiar é todo aquele sujeito que vive no meio rural e trabalha na agricultura juntamente com sua família. Nessa discussão, ainda é notório que o processo da economia, globalização e estruturas de agronegócio interferem na estabilidade da agricultura familiar.

Os passos governamentais sobre a referenciada história a favor dos latifúndios como alternativa para a agricultura brasileira principalmente a

partir de 1960 (WANDERLEY, 2009), os movimentos sociais do campo, a constituição do *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)*, a institucionalização (apesar das dificuldades correlatas) do Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (*PRONAF*) no início dos anos 1990 e, mais recentemente, a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2000, juntamente com a Secretaria de Agricultura Familiar, propulsionaram o aparecimento de leis e portarias em favor da aquisição da

agricultura familiar e/ou do empreendedor rural.

Para Schneider (2005) a identidade e a definição da agricultura familiar assentam-se nas relações de trabalho familiares que lhe emprestam sentido e significado. Para se entender como opera e se transforma a agricultura familiar é preciso estudar e conhecer como funcionam e se modificam as famílias de agricultores. E isto levará, inequivocamente, a compreender como as famílias de agricultores buscam viabilizar sua reprodução social.

Schneider (2005) ainda aponta que para este tipo de compreensão, é preciso chamar atenção para a necessidade de se compreender a singularidade do trabalho na agricultura familiar e a representação do significado e do sentido do trabalho que orienta valores e a visão de mundo de indivíduos e dos grupos sociais.

De acordo com Schmitz e Mota (2006) a agricultura familiar, hoje reconhecida como categoria social e de ação política no debate acadêmico e nas políticas públicas, durante muito tempo não foi considerada relevante para o desenvolvimento rural. Frequentemente usava-se a expressão

pequenos produtores para descrever esta categoria que tinha o seu futuro marcado pela eliminação cedendo lugar às empresas agropecuárias, no processo de modernização capitalista.

Nesse sentido, baseando-se em trabalhos teóricos de inspiração marxista, não há a possibilidade de sobrevivência de uma categoria que, pela sua duplicidade de condição (ao mesmo tempo proprietário e trabalhador), não acirrava a relação capital-trabalho.

Schneider (2003) trabalha com a perspectiva de que no Brasil a origem das formas familiares está diretamente relacionada à própria ocupação do território nacional. Tal processo se iniciou no final do século XVIII, mas intensificou-se sobremaneira a partir da primeira metade do séc.XX, com a promulgação da Lei de Terras, em 1850.

De outro lado, acredita-se que a compreensão da evolução e da reprodução das formas familiares requer o estudo dos sistemas de produção e do modo de organização social do trabalho. Entende-se então que a formas de acesso à terra, os modos de organização do trabalho e da produção são dimensões

fundamentais à compreensão da evolução das formas familiares ao longo do tempo, bem como dos processos que respondem por sua diferenciação e interação social.

O que é de comum acordo, conforme Schneider (2003), é que trabalho, produção e família formam um conjunto que opera de forma unificada e sistêmica, cultivando organismos vivos e gerenciando processos biológicos por meio dos quais busca criar condições materiais que visam garantir sua reprodução enquanto um grupo social. Isso significa que a organização social e econômica, o processo de trabalho e de produção, as relações com os mercados e as formas de transmissão patrimonial são fortemente influenciadas por relações de consanguinidade e parentesco, que são tributáveis, tanto do modo como as famílias gerenciam os seus recursos materiais, como dos valores culturais e simbólicos que definem sua identidade.

Segundo Wanderley (1996), o campesinato pode ser considerado hoje um segmento da agricultura

familiar, uma vez que o campesinato tradicional é uma forma particular da agricultura familiar. Assim, o campesinato tem uma cultura própria, que se refere a uma tradição inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local.

A agricultura familiar de acordo com Wanderley (1996) é, então, um conceito genérico, já que incorpora discursos vivenciais, históricos, políticos, sociais e identitários. Por sua vez, há a emergência de um agricultor familiar moderno, integrado no mercado, que tenha profissão de agricultor e há, ainda, a coexistência de uma produção familiar tecnificada e de outras mais perto de um ideal camponês.

A abordagem histórica em relação ao processo de ocupação e colonização, e a evolução das formas familiares do passado e sua configuração atual, constituem-se nos principais elementos explicativos para determinadas práticas dos produtores familiares.

---

<sup>1</sup> Módulo fiscal é uma medida em hectares a ser instituída municipalmente.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho faz parte de uma pesquisa do Programa de Mestrado Profissional em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Tal estudo segue parâmetros do Comitê de Ética em Pesquisa da referida universidade estando sob o registro CAAE 03370212.1.0000.5149.

O estudo foi realizado através de pesquisa documental através da análise de 23 (vinte e três) Atas das reuniões da Associação de Produtores Rurais Familiares, assim como de documentos necessários para a inscrição das famílias na associação, como as 75 (setenta e cinco) Declarações de Aptidão ao Programa Apoio à Agricultura Familiar (DAP) que são emitidas, no município, pela EMATER-MG. Nesse sentido, pode-se dizer que o estudo em questão tem estruturação quantitativa e qualitativa. A metodologia relatada segue os pressupostos de Creswell (2010) e Flick (2009).

Houve também a participação em formato de observação tanto em reuniões da associação como durante as ocasiões de feira. Essa observação foi feita entre os meses de dezembro

de 2011 a dezembro de 2012, o que permitiu acompanhar a sazonalidade e as dificuldades e ganhos da associação durante o período estudado.

## **RELATO: A ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS E FAMILIARES DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE – ASPROSAM**

A associação foi criada em 2006, contando inicialmente 15 famílias de produtores rurais. O objetivo era participar de projetos ligados à agricultura familiar, de fortalecimento, embasados pela recente Lei 11.326/2006 (BRASIL, 2006), como o Projeto Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), a ser executado em duas modalidades. A primeira delas foi a modalidade de Compra Simultânea na qual há a produção no campo e a venda direta para entidades municipais, porém o pagamento ao produtor é feito através de repasses do Governo Federal.

Por sua vez, o primeiro projeto junto à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) aconteceu em 2007, com 24 famílias cadastradas. Nota-se que a cada ano houve um aumento significativo de

novas famílias participantes, finalizando o ano de 2012 com o número expressivo de 75 famílias cadastradas junto à ASPROSAM. Destas, pode-se citar 205 envolvidos diretamente entre produtores, cônjuges e filhos.

Na visão da Associação, o PAA é uma ação do Governo que visa evitar o êxodo rural, fortalecer o pequeno produtor e, ao mesmo tempo, garantir a segurança alimentar para os centros urbanos, para as famílias carentes através da distribuição à famílias pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e demais entidades sociais municipais, como a Instituição de Longa Permanência para Idosos, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Abrigos e outras.

A lógica produtiva do PAA no município é organizada da seguinte forma: a família vinculada à Associação entrega sua produção a alguma instituição municipal, esta por sua vez recebe o alimento direto do campo, sem custo. Nessa organização, há a geração de renda para as famílias que vão ter uma parte da sua produção garantida, e assim, ao mesmo tempo em que o projeto fortalece o produtor rural, garante a

segurança alimentar das populações urbanas.

Para a inclusão na ASPROSAM, por sua vez é necessário que o produtor familiar tenha a DAP. Assim ele apresenta a DAP à associação que analisa a potencialidade produtiva e o inclui em um dos projetos, fazendo uma proposta de participação, sempre no início de cada ano. A proposta, feita individualmente com cada produtor, é encaminhada para a CONAB em seu nome e com os produtos que ele mesmo relacionou.

A consecução da DAP não caracteriza o financiamento do PRONAF, a carta do PRONAF o credencia como agricultor familiar e a agricultura familiar tem uma linha de crédito dentro dessa entidade. Ele não precisa financiar nada apenas certifica se ele está apto a uma linha de crédito com juro acessível.

Para participar desse processo é necessário que o produtor rural integre uma associação, ou cooperativa familiar, e essa fica responsável por gerenciar e encaminhar os projetos para a CONAB, que é um ator federal para a operacionalização do programa. No caso do município estudado, desde a

fundação a gerência da associação ficou a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social, no setor de Segurança Alimentar, vinculando-se também ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). A prefeitura subsidia a associação e disponibiliza de 02 a 03 servidores públicos para auxiliar no desenvolvimento das atividades, sendo que um deles tem a formação de técnico em Zootecnia, servindo de referência técnica para os agricultores tanto no quesito planejamento da produção quanto controle de qualidade dos alimentos produzidos. Outro órgão relacionado diretamente à associação é a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER) que aproveita o espaço de reunião de produtores para oferecer treinamentos e orientações.

Por sua vez, em caso de aprovação do projeto pela CONAB, no início de cada ano, antes de começar a entrega, o recurso é depositado em conta da associação, ou seja, uma conta específica vinculada à CONAB, e assim está autorizado o fornecimento dos produtores vinculados àquele projeto. Então o produtor vai fornecer, num período de trinta dias, a sua produção e é feita

toda a documentação: relatório de entrega, notas fiscais e demais documentos comprobatórios de entrega. A partir disso, a associação encaminha todos esses documentos à CONAB e, a cada período, mês a mês, há a autorização para o saque na agência bancária para pagar cada produtor.

Antes desse programa, localmente, não existiam muitas políticas como essa direcionadas ao pequeno produtor rural, a não ser o próprio PRONAF. Então o PAA, veio para garantir a venda para o produtor, ele pode continuar investindo, pegar financiamento, ou mesmo sem solicitar financiamento, ele pode vender essa mercadoria e o projeto visa garantir parte da compra de sua produção.

O valor inicial de repasse – cota – por família era 3.500,00 reais por ano, então o produtor rural poderia receber até este valor por ano. Porém, desde 2010, este valor subiu para R\$4.500,00 por família agricultora/ano. Tal não representa uma obrigatoriedade de produção do agricultor, mas sim uma segurança de venda até o valor correlato.

Para além desses há também a recente estruturação da Feira de Agricultura Familiar, que

acontece aos sábados das 06 às 13 horas, em região central da cidade. As barracas iguais em estrutura e cor foram conseguidas através de financiamento da prefeitura local e ficam disponíveis aos associados que se inscreveram para participar da feira, sendo vedada a participação de não integrantes da ASPROSAM.

Sobre os alimentos comercializados na Feira nota-se desde a oferta de hortaliças, como alface, almeirão (cariru), rúcula, repolho e couve-flor, derivados do leite como queijos e doces em barra e em potes, derivados da cana-de-açúcar, como rapadura e aguardente, peixes, artesanatos, avos e frangos/galinhas abatidas, tubérculos, derivados do mel e própolis e produtos fitoterápicos para a composição de chás e também barracas que oferecem lanches com biscoitos e café e também almoço (frango com arroz).

Por meio da associação benefícios foram trazidos para os produtores rurais uma vez que, não mais isolados, conseguem comprar insumos a baixo custo, como foi feito com apicultores que, juntos, compraram embalagens com preço mais acessível, atendendo também às exigências nutricionais e análises

através da Fundação Ezequiel Dias com amostragem de mel de cada apicultor, assegurando a qualidade do produto.

Outro benefício foi a aquisição de mudas frutíferas através de repasse da Promotoria de Justiça do município com verbas dos Termos de Ajuste de Condutas (TAC's) e multas ambientais. Nesse caso foi feito um levantamento das principais frutas com baixa produtividade e um levantamento dos produtores/propriedades com potencial de produção, foram distribuídas uma média de 700 mudas, entre frutíferas, cítricas e banana.

Por outro lado, paralelo a esses projetos, acontece desde 2010 a entrega de produtos para compor a merenda escolar. Tal atende à Lei n. 11.947/2009 (BRASIL, 2009) que 30% da merenda seja proveniente da compra direta da agricultura familiar e o recurso vem direto do Programa Nacional de Alimentação escolar, o qual preconiza: “[...] o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades

tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos” (BRASIL, 2009).

Este instrumento legal redireciona a compra de alimentos por parte das escolas dos supermercados e varejões locais para a agricultura familiar, que além de participar do PAA pode fazer parte também do PNAE. Neste último, além da entrega de hortaliças, há também a entrega de leguminosas, como o feijão, de leite e derivados e de frutas *in natura*, como acerola e caju para beneficiamento e composição de sucos e sobremesas. Assim, o agricultor que já tinha R\$ 4.500,00 em garantia de compra anual do PAA, passou a ter mais até R\$ 9.000,00 anuais com o PNAE, concretizando, assim mais uma oportunidade de vender a produção.

Não se pode deixar de lado também a nova significação das terras, antes muitas improdutivas e hoje com utilidade e como fonte de estruturação familiar. Sendo perceptível também a extrema preocupação dos associados com a imagem do produtor rural e a composição de um ambiente familiar receptivo, em que, por exemplo, durante a realização da feira é proibido o uso de bebidas alcoólicas por parte dos associados. Assim como há a

preservação do diálogo como ponto chave de estrutura da associação, em que os problemas são resolvidos em grupo e não pela presidência/gerência, mas sim por todos. Mensalmente também há uma reunião no qual é criado um espaço democrático de posicionamento sobre os impasses e gerenciamento dos projetos, nessa ocasião percebe-se a relevância da composição da presidência da associação, formada exclusivamente pelos próprios produtores e não pela entidade gerenciadora. Ao final de cada ano, as atividades são encerradas com festividades e “amigo oculto” o que mostra a preocupação com a estabilidade dos vínculos de amizade entre o grupo de associados.

Como referência técnica, tanto a equipe de gerenciamento da associação, quanto a equipe dos órgãos de apoio ao produtor rural, preocupam-se com a sazonalidades da produção, propondo alternativas produtivas e garantindo o cultivo de outras culturas e também o recebimento das verbas dos projetos PAA, PNAE e Feira de Agricultura Familiar. Há a preocupação também de conseguir culturas que não são produzidas no município de S.A. do Monte, como o tomate que conta com

a produção vinda de agricultores dos municípios vizinhos de Japaraíba e Pedra do Indaiá e também da produção de derivados do leite da cidade de Moema.

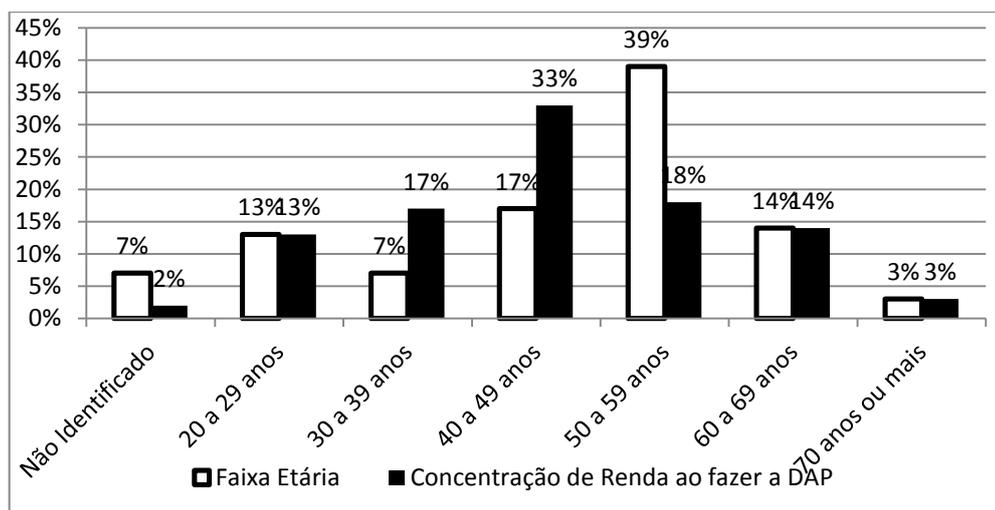
Assim, aos olhos da Associação em questão, esses projetos possibilitaram trabalhar com outros, sendo uma porta de entrada para a criação da própria associação e de chamariz à atenção de produtores rurais, trazendo benefícios e possibilitando outros trabalhos, assim como a organização desses produtores.

## PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Tendo como base a Declaração de Aptidão ao PRONAF, documento

base para a inscrição e participação na referida associação, é discutido a seguir o perfil dos associados a fim de caracterizar o nível socioeconômico dos envolvidos na mesma e a estruturação dessas famílias – de início foram analisadas 75 DAP's.

O Gráfico 01 apresenta a distribuição por faixa etária dos associados, resguardando-se que sob este cadastro inicial tem-se a porcentagem de 88% de homens e 12% de mulheres, sendo que apenas duas delas executam as atividades sem cooperação do cônjuge. No mesmo também é feita uma distribuição sobre a concentração de renda.

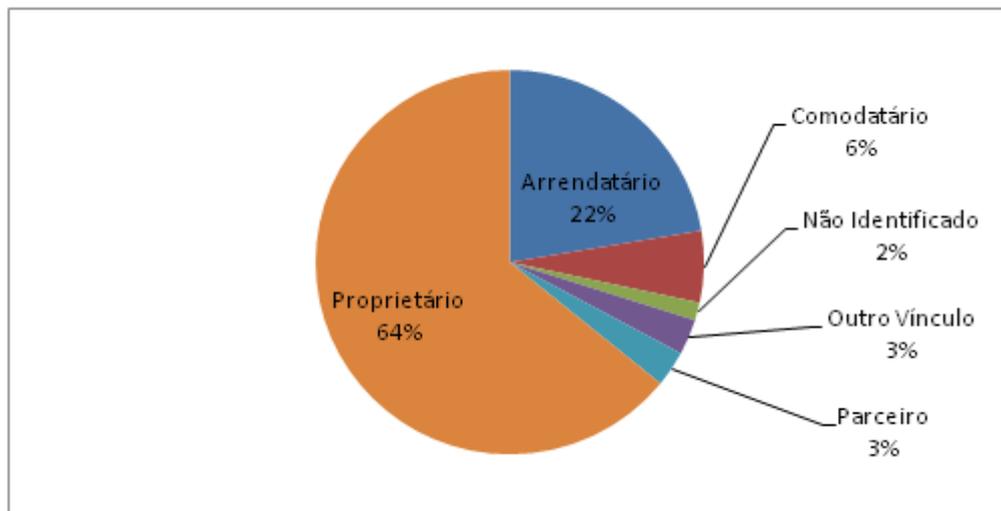


**Gráfico 01** – Contraposição dos Associados entre os grupos etários e acúmulo de renda declarados na DAP (%). **Fonte:** Elaborado pelos autores com base nas Declarações de Aptidão ao PRONAF, documento necessário para a inscrição na Associação.

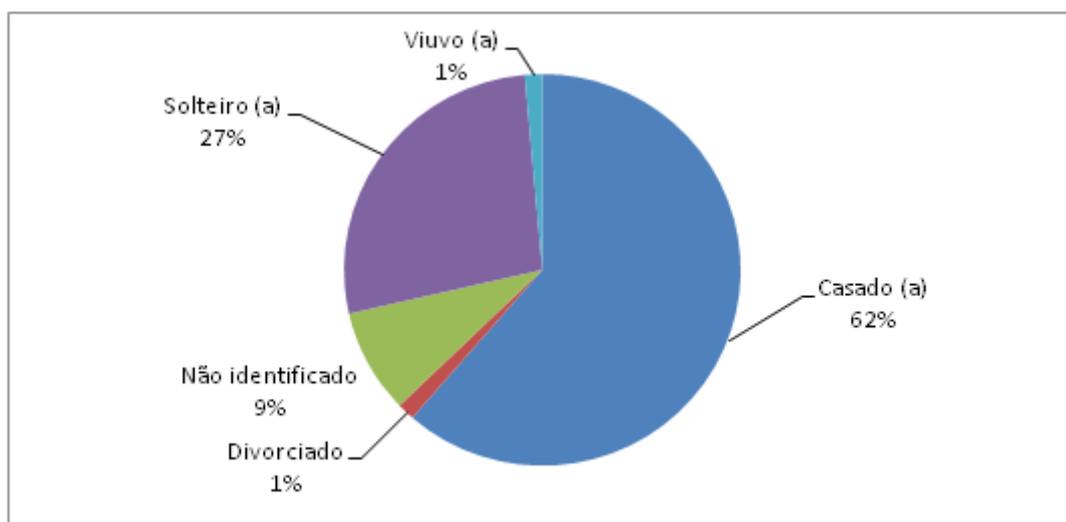
O somatório dos rendimentos dos associados chega a R\$ 1.239.207,00 sendo que, com a participação nos projetos da ASPROSAM, há R\$ 675.000,00 em

acréscimo se o produtor conseguir manter a produção relatada e entregar a cota limite no PAA e PNAE.

Os Gráficos 02 e 03 analisam o vínculo do associado com a propriedade e vínculo conjugal declarado na DAP. Em ambas há a supremacia dos proprietários das terras cultivadas (64%), e de casados (62%).



**Gráfico 02:** Distribuição dos associados quanto ao vínculo feito com as terras em que produz junto à ASPROSAM (%). **Fonte:** Elaborado pelos autores com base nas Declarações de Aptidão ao PRONAF, documento necessário para a inscrição na Associação.



**Gráfico 03:** Distribuição dos associados quanto ao vínculo conjugal – estado civil (%). **Fonte:** Elaborado pelos autores com base nas Declarações de Aptidão ao PRONAF, documento necessário para a inscrição na Associação.

Esses dados permitem chegar à seguinte análise, os associados da ASPROSAM, são em sua maioria

proprietários de glebas territoriais às quais a produção principal permite que

exista outra atividade que complemente a renda familiar.

Nota-se que o vínculo familiar é reforçado como estruturador dessa atividade e que marca conforme Wanderley (2000) a estrutura de um tipo de ação no campo, algo cultural que diz da organização dos grupos sociais em torno do seu território.

Dificuldades e fraquezas da DAP: apesar de ser emitida por órgãos governamentais, essa declaração não possui georeferenciamento o que pode de início marcar dificuldades quanto à extensão territorial etc. E ainda, para a emissão da mesma são utilizados documentos secundários, como a certidão de nascimento ou casamento, identidade, CPF e escritura da propriedade ou contrato de comodatário/parceria/cessão/arrendatário.

## **ANÁLISE CRÍTICA E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estímulo e o fomento de órgãos municipais e governamentais foram essenciais para a estruturação e manutenção da associação, o que direciona os olhares para a relevância de políticas públicas para o desenvolvimento das populações rurais, assim como a sustentabilidade

do trabalho e vida no campo. Isso é reafirmado por Wanderley (2000) ao evidenciar o papel do PRONAF tanto para a valorização do produtor rural e da agricultura familiar, como a superação dos preconceitos para com as populações camponesas.

Além de órgão mantenedor de produção de vida no campo, a associação oferece espaço de socialização e troca de experiências individuais e familiares. A formação de vínculos grupais faz com que a estrutura cultural das propriedades rurais e da vida no campo seja mantida, não de forma arcaica, mas possibilitando continuamente novas construções sociais (representações sociais?) sobre o trabalho e a sustentabilidade do campo.

Além disso, essa vinculação acaba por ser promotora de laços de afetividade interpessoais, potencializando a topofilia e minorando, por vezes, o sofrimento mental relacionado à insegurança advinda das incertezas acerca da produção do campo (ARAÚJO, PINHEIRO E GREGGIO, 2011).

Crucialmente é a atenção que se deve ter com a aquisição por estes trabalhadores de uma lógica produtivista e capitalista, que os

prende a uma lógica de mercado e modifica os laços com o campo e a terra, assim como aponta Breilh (2007) no caso da produção de rosas no Equador. A alienação do pequeno produtor à hegemonia capitalista acaba por prejudicar o próprio produtor que além de ser rechaçado pela competição desfavorável dos agronegócios em larga escala, à qual está sobreposto, vê suas iniciativas fazerem perdê-lo das suas próprias raízes, ou seja, o campo, a família e a produção para subsistência de base cultural.

Outro ponto de discussão é a facilidade de consecução de Declarações de Aptidão ao PRONAF, DAP, feita localmente através da EMATER, em detrimento da dificuldade de linha de crédito do pequeno produtor familiar rural junto ao próprio PRONAF, algo que desprivilegia e embota os movimentos rurais e as iniciativas de sustentação da vida no campo com condições dignas de sobrevivência.

A dificuldade de se parametrizar a condição atual de vida rural acaba por fazer com que a comunidade acadêmica desconheça a real situação biopsicossocial e econômica das populações rurais, além de enfatizar a

ninguenidade (MARTINS, 2011) à qual essas populações por vezes estão submetidas.

Há de se notar a distribuição etária dos camponeses, em que há uma participação mínima de adultos jovens e uma supremacia de pessoas acima dos 50 anos. Tal ponto encaminha para a discussão da ainda vigente falta de perspectiva de vida no meio rural o que faz com que os jovens migrem para as cidades.

O caráter secundário e complementar das atividades da agricultura familiar, muitas das vezes executados em horas de descanso e lazer proporcionados por outras atividades como a pecuária, a produção leiteira e até mesmo o agronegócio, marca também a sobrecarga cotidiana a qual o trabalhador está fadado para conseguir manter sua família no campo.

Diante da situação estudada visualiza-se uma nova forma de se lidar com o território rural e o nascimento de novas ruralidades, nas quais o apego à terra é mantido como forma de resistência e de sustentabilidade, assim como os ditames capitalistas imperam como forma de estruturar a produção e

demarcar uma inclusão produtiva através da utilidade do trabalhador como mantenedor da vida nas cidades. Num tempo em que ainda impera a ideia de um rural bucólico

vislumbra-se uma nova forma de incluir-se num discurso simbólico: pela utilidade e pela capacidade de produzir algo puro.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. N. G.; PINHEIRO, T. M. M. P.; GREGGIO, M. R.. Notas sobre o adoecimento mental em trabalhadores rurais. In.: ZANELLI, J. C.; SILVA, N.; TOLFO, S. R.. Processos psicossociais nas organizações e no trabalho. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, p.49-60.

BRASIL. Lei n. 11.326 de 26 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=233477&norma=254527>.

BRASIL. Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm).

BREILH, Jaime. Nuevo modelo de acumulación y agroindustria: las implicaciones ecológicas y epidemiológicas de la floricultura en Ecuador. *Ciência & Saúde Coletiva*, n. 12, p. 91-104, 2007.

CRESWEL, John W.. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MARTINS, Francisco. Violência e ninguenidade. In: SOUZA, Mériti; MARTINS, Francisco. ARAÚJO, José Newton Garcia de. Dimensões da Violência: conhecimento, subjetividade e sofrimento psíquico. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, 35-55.

SARON, F. A. ; HESPANHOL, A. N. . O PRONAF e as estratégias de reprodução social dos produtores familiares no Município de Urânia - SP. In: XX Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2010, Francisco Beltrão. CD do XX Encontro Nacional de Geografia Agrária. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2010. v. 1. p. 1169-1187.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria. Agricultura Familiar: Categoria Teórica e/ou de Ação Política. *Goiânia*, v.16, n.11/12, p.907-918, Nov/dez. 2006.

SCHNEIDER, Sérgio. A Pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sergio. Agricultura e trabalho infantil: uma apreciação crítica do estudo da OIT. Porto Alegre: Instituto de Formação Sindical Irmão Miguel, Série Documentos, 1, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A valorização da agricultura familiar e reivindicação da ruralidade no Brasil. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Editora da UFPR n. 2. p. 29-37, jul./dez., 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A modernização sob o comando da terra: os impasses da agricultura moderna no Brasil. Ideias, v. 3, p. 25-54, 1996.

WANDERLEY, M.N.B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: PETERSEN, P. (Org.) Agricultura familiar e camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA. 2009, p.33-47.

---

Recebido em: 03-01-2014

Aprovado em: : 14-07-2014